

Macabéa

ISSN 2316-1663

Revista Eletrônica do Netli, Volume 8, Número 2, Jul.-Dez., 2019

ENTRE A FILOGIA E A LINGUÍSTICA HISTÓRICA: O TEXTO COMO ARTEFATO HISTÓRICO



BETWEEN PHILOLOGY AND HISTORICAL LINGUISTICS: TEXT AS AN HISTORICAL ARTEFACT

ARIVALDO SACRAMENTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Brasil

HÉRVICKTON ISRAEL NASCIMENTO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA,
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)

RECEBIDO EM 12/05/2019 • APROVADO EM 01/06/2019

Abstract

In this article, we intend to think about text as a space of intersection between Philology and Historical Linguistics, understanding that this intersection is constituted of tensions, withdrawals and consequent theoretical-methodological and epistemological rearrangements for both fields. Initially, we will discuss linguistic change and philological

studies; then we will argue about potential philological reading as a strategy for historical language studies. We start from the claim made by Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008) on the necessary dialogue between Philology and Historical Linguistics in the field of linguistic change research. These lines written here are, therefore, a tribute to this Portuguese language historian who, in her study project, somehow always had the text in her methodological north.

Resumo

Neste artigo, objetivamos pensar o texto como um espaço de interseção entre a Filologia e a Linguística Histórica, entendendo que essa interseção é constituída de tensões, afastamentos e consequentes rearranjos teórico-metodológicos e epistemológicos para ambas as áreas. Inicialmente, debateremos sobre a mudança linguística e os estudos filológicos; depois, argumentaremos sobre a potencial leitura filológica como estratégia para estudos históricos de língua. Partimos, então, da reivindicação feita por Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008) sobre o necessário diálogo entre a Filologia e a Linguística Histórica no âmbito da pesquisa da mudança linguística. Estas linhas aqui escritas são, por isso, uma homenagem a essa historiadora da língua portuguesa que, em seu projeto de estudo, de alguma maneira, sempre tomou o texto em seu norte metodológico.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Philology. Historical Linguistics. Text.

PALAVRAS CHAVE: Filologia; Linguística Histórica; Texto.

Texto integral

É TEMPO DE AMPULHETAS!

A Filologia, campo de estudo que abrange práticas de crítica, interpretação e edição diversas, costuma ser compreendida como uma ciência ancilar das pesquisas e de áreas que possuem interesse histórico, a saber: a História, a Linguística etc. Isso se deve a pelo menos dois motivos: (i) **a construção de corpus:** os estudos filológicos, por meio de leitura paleográfica e da crítica textual produziram transcrições e edições dos textos representativos para cada tipo de trabalho; (ii) **a objetividade científica dos dados:** a promessa de que o texto filologicamente cuidado garantiria a fidedignidade do original que foi transformado pelas diversas cópias ou pelo texto autoral que também sofreu alguma intervenção não consentida.

Entretanto, o que buscamos defender aqui é o quão prejudicial essa perspectiva servil pode trazer para os resultados da pesquisa, pois, ao transformar o procedimento filológico em técnica, muitos pesquisadores negligenciam o decisivo papel de compreensão do texto como artefato histórico. Trocando em miúdos, queremos dizer que qualquer texto só é possível dentro de um con(texto), que o produziu, foi posto em circulação social para ser lido. Por isso, qualquer estudo que o tome como *corpus* para investigação de qualquer objeto precisa compreender, nas palavras de Marquilhas (2008), “as coordenadas materiais” nas quais os textos foram possíveis. Afinal, sem isso, o risco é desconsiderar a história, os sujeitos e a cultura.

De outro modo, não estamos produzindo uma defesa disciplinar para a Filologia; antes, intentamos uma necessária reflexão acerca do papel do entendimento da historicidade do texto que é tomado para a produção da pesquisa e isso quem faz é a Filologia. Desse modo, nossas reflexões partem do que, talvez, seja um ponto de interseção entre a Filologia e a Linguística Histórica: o texto. Deduzimos isso usando as palavras de Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008a, p. 10), que entende que “[a] Linguística Histórica [...] depende, diretamente, da Filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado”. Não é raro encontrar, no percurso narrativo-epistemológico da autora, numerosas menções sobre o papel da Filologia, como “ciência do texto”, no trabalho de investigação da mudança linguística no âmbito da Linguística Histórica. Sob a égide de uma alegada fidedignidade ou da legítima conformação de objetivos de estudos linguísticos diversos com a prática editorial, o texto sempre esteve presente no projeto de uma das maiores expoentes da Linguística Histórica brasileira.

Assim, objetivamos nestas linhas pensar o texto como um espaço de interseção entre a Filologia e a Linguística Histórica, entendendo que constitui essa interseção tensões, afastamentos e consequentes rearranjos teórico-metodológicos e epistemológicos para ambas as áreas. Inicialmente, debateremos sobre a mudança linguística e estudos filológicos; depois, argumentaremos sobre a potencial leitura filológica como estratégia para estudos históricos de língua.

Este artigo é uma homenagem à Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, que se dedicou, no âmbito do Programa para a História da Língua Portuguesa, da Universidade Federal da Bahia, ao estudo histórico do português, preocupando-se também com o seu ensino. Mattos e Silva colecionava ampolhetas, um instrumento humano, histórico, feito para apreensão do tempo, para a tarefa em vão de dominá-lo. Talvez isso tenha dado aos seus escritos a estratégica compreensão de que nada que é feito neste terreno é uma explicação definitiva, mas uma leitura do tempo, uma “interpretação” – como ela celebrava sempre em aula. A ampolheta servirá aqui para entendermos que não há um único método correto de leitura, mas decisões responsáveis e éticas para a mesura da história cultural da língua. É mais sobre a consciência dos nossos limites que a declaração das verdades únicas.

Em tempo, este trabalho é também uma celebração dos 30 anos de publicação das *Estruturas trecentistas*, obra monumental, fruto do seu trabalho de pós-doutoramento sob a orientação do Professor Celso Cunha, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A MUDANÇA LINGUÍSTICA E A FILOGIA COMO “CIÊNCIA DO TEXTO”

Em seus *Caminhos da Linguística Histórica*, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008) apresenta, logo na introdução, dois conceitos norteadores para o que pretende empreender em seu trabalho. O primeiro conceito diz respeito ao campo de estudo da Linguística Histórica: “de que trata a Linguística Histórica?”. Afirma a autora:

Tradicionalmente, define-se a Linguística Histórica como o campo da linguística que trata de interpretar mudanças – fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território não necessariamente contínuo. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 8).

O que importa aqui é uma primeira crítica que a autora, leitora de Michel Foucault, elabora sobre a “linearidade temporal das mudanças nas línguas”, solicitando assim uma revisão dessa ideia, já que entende o tempo de uma forma mais complexa, não unívoca ou diretamente determinante, levando em consideração “a multiplicidade de tempos que se emaranham”. Assim, “[u]ma regra ou lei do tipo neogramático, em que X (no tempo A) > Y (no tempo B), não se sustenta porque, entre A e B, múltiplos fatores podem ter tido efeitos inesperados sobre a mudança de X > Y” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 8).

Está no jogo aqui apresentado uma reflexão acerca da historicidade, relegada, arriscamos dizer, pela Linguística Histórica como uma categoria operacional e/ou conceitual. Assim, não causa espanto o que podemos chamar de uma das definições clássicas da Linguística Histórica, apresentada por Ivo Castro (1991, p. 11), que define a mudança linguística como o objeto da Linguística Histórica e, em relação ao par Linguística Histórica x história da língua, afirma o autor sobre este último: “designa uma disciplina, ou um modo de abordar os fenômenos evolutivos da língua, que tanto pode ser considerada parte integrante da Linguística Histórica, como da história propriamente dita” (CASTRO, 1991, p. 15). Daí, levantamos algumas questões: como a história trataria os “fenômenos evolutivos da língua”? Ela estaria disposta a isso? Estaria exclusivamente nela a função de pesquisar esses fenômenos sob o viés também da historicidade?

Pensando o contexto dos oitocentos, não é demais lembrar que a cisão entre os estudos linguísticos e os estudos literários, ambos sob a tutela da Filologia, se dá por aqueles encapsularem seus objetos exclusivamente nas gramáticas das línguas, que “[s]ão qualitativamente iguais em todos os contextos espaciais e temporais”, resultando na desconsideração de “uma dimensão cultural e, portanto, também histórica” de análise, conforme assinala Rita Marquilhas (2008). É nesse momento

que os estudos linguísticos, no século XIX, levarão à frente um projeto de investigação intrassistêmica, relegando a historicidade da língua a outras áreas.

Sobre a historicidade, apropriamo-nos das palavras de Michel de Certeau (2015 [1975]) que, em uma discussão pontual sobre práticas e discursos historiográficos, afirma que “[e]xiste uma historicidade da história. Ela implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social” (CERTEAU, 2015, p. 6). Analisar, descrever o processo de mudança linguística implica práticas interpretativas que estão “emaranhadas” no social. Essa foi uma das reivindicações da linguística pós-saussuriana, mas não somente. Mesmo no âmbito do estruturalismo linguístico, no que se refere ao Círculo Linguístico de Praga, as funções da linguagem já escapavam à ideia de um sistema linguístico totalmente fechado. O próprio Eugenio Coseriu (1979), em *Sincronia, diacronia e história*, será um dos críticos mais ferrenhos dos postulados saussurianos, repensando também que existe, entre o sistema linguístico e a sua concretude, a norma como uma categoria que evidencia as regularidades dos usos e ao mesmo tempo coage esses mesmos usos a partir da aceitação ou não das comunidades linguísticas.

Outro ponto importante a ser observado é que o ato interpretativo é também metalinguístico, uma vez que movimenta teórica e metodologicamente um campo de saber e os conceitos que lhes são próprios. Em relação a isso, vale retomar as palavras de Rosa Virgínia Mattos e Silva, só que agora no seu *O português arcaico. Uma aproximação*. Ao comentar sobre o porquê de uma “aproximação” e não uma “introdução” no título de seu livro, diz a autor:

Por que *uma aproximação*? Na primeira redacção do projecto deste livro, utilizei como título “O português arcaico – uma introdução”. Contudo, a escolha de *uma introdução* pareceu-me que pretendia estabelecer *verdades* sobre o período focalizado. O que pretendo, contudo, é, com base no já existente e nas pesquisas desses últimos anos, com novos dados e renovadas interpretações, *aproximar-me* dos factos linguísticos desse período recuado no tempo. (MATTOS E SILVA, 2008b, p. 16).

O que nos chama atenção nesse prólogo, para quem conhece minimamente os quadros epistemológicos de sua pesquisa, é a afirmação da interpretação em oposição às *verdades* e a estreia da *aproximação* como um conceito de operação metodológico. De uma proposta de esgotamento de fenômenos linguísticos presente nas *Estruturas trecentistas* (1989), visando a uma gramática do português arcaico, aqui está, quase vinte anos depois, uma reflexão acerca da não totalização de análises de fatos, a despeito de a autora ter em mãos dados mais volumosos a partir das pesquisas de seu grupo de pesquisa, o Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), e também de outros pesquisadores. A crítica ao objetivo de esgotamento dos fatos de língua do período arcaico da língua portuguesa, a partir de um *corpus* representativo, presente nas *Estruturas trecentistas*, é apresentada por Marcello Moreira, que afirma que

por mais abrangente que seja o *corpus* representativo do português arcaico sobre o qual incidirão as análises que permitirão ao pesquisador a escrita de uma gramática descritiva de nossa língua, dos séculos XIII, XIV e XV, essa documentação provavelmente não registrará todos os fatos linguísticos existentes no recorte periodológico mencionado anteriormente. (MOREIRA, 2010, p. 106).

Navegamos então, a partir desse ponto trazido por Marcello Moreira, nos meandros de como a Linguística Histórica tem dado atenção ao texto em suas dimensões de produção, circulação, recepção e transmissão. Como dissemos anteriormente, na esteira de Rita Marquilhas (2008), o cisma entre os estudos linguísticos e os estudos literários, nos idos oitocentistas, se deu no momento de uma supervalorização daqueles ao estatuto gramatical. Aí se dá também o distanciamento da Linguística Histórica com a Filologia. O texto, para a Linguística Histórica, fica em algum outro plano, servindo apenas como uma fonte amorfa, desistoricizada de extração de dados. A problemática do texto será por muito tempo, na Linguística Histórica moderna, uma questão para outras áreas, como a Filologia.

Não abandonando o texto como objeto e também como categoria operacional, a Filologia é entendida aqui como “um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, **língua, texto e cultura**” (BORGES; SACRAMENTO, 2010, p. 21).

Importa à Filologia o texto em sua condição de produção. Assim, um texto produzido, no Portugal quinhentista, na casa tipográfica de Germão Galharde provavelmente se comportará linguisticamente, em relação aos aspectos pontuacionais, de forma diversa a um texto produzido na casa de Valentim Fernandes. Isso porque cada oficina tipográfica dispunha de tipos próprios para a impressão de seus textos. A diversidade desses tipos incidirá então nos usos pontuacionais.

É cara à Filologia também a dimensão material do texto. Ela deve “tecer considerações sobre o suporte de escrita, os instrumentos utilizados para a escrita ou reprodução, por cópia ou impressão, sobre quem escreveu ou reproduziu o texto, o contexto sócio-histórico de produção e de recepção, entre outros aspectos” (BORGES; SACRAMENTO, 2012, p. 24), tarefa impossível se não contar com a participação das outras áreas do saber. A partir da materialidade, podemos corroborar ou dispensar possíveis datas de produção do texto. O estado documental, a caligrafia usada, os tipos caligráficos, bem como o suporte do material escrito, são fontes que interessam ao trabalho filológico. Assim, a descrição material do texto faz parte do processo de leitura filológica, pois o localiza no espaço e no tempo. O texto é visto em seu lugar de escritura, em seu lugar de conservação e uso (PETRUCCI, 2002, p. 14).

Nem sempre os filólogos compreenderam o texto para além de sua configuração interna de arranjos linguísticos. Ainda no esteio de Marcello Moreira, vale lembrar que

[a]té meados dos anos 1980, as várias escolas filológicas ocupavam-se, editorialmente, apenas dos “códigos linguísticos”, convencionalmente chamados de “texto”, e acreditava-se que editar resumia-se a dá-lo novamente à luz, já depurado dos escolhos, de tudo quanto não proviesse do autor e lhes desfigurasse a integridade que o caracterizara ao sair das mãos do criador. (MOREIRA, 2010, p. 75).

O texto retido somente em seus códigos linguísticos é também desistoricizado. Quando as dimensões de sua produção, circulação, recepção e transmissão, não são silenciadas, há, percebemos, uma atenuação dessas categorias que são acomodadas em “aspectos” ou “contextos”. Embora o trabalho filológico implique também a leitura dos códigos linguísticos que compõem a estrutura textual, ele não se encerra aí. A prática filológica não se define pela reunião dos mais variados textos, das mais variadas épocas, em um “banco de dados” à espera de um futuro estudo linguístico em que serão percebidas as suas idiossincrasias fonéticas, fonológicas, lexicais, morfológicas e/ou sintáticas.

Movimentamos então o conceito de texto, na esteira de McKenzie (2005), no âmbito da Filologia, a partir “[d]a compreensão e estudo dos processos (i) de produção das práticas de cultura escrita; (ii) de transmissão histórica [...]; (iii) de circulação social [...]; (iii) recepção e reconfigurações que uma dada época constrói para o texto” (BORGES; SACRAMENTO, 2012, p. 21). Dessas dimensões, que também compreendem as complexas malhas textuais, tira o filólogo sentidos. Nada disso é possível, porém, se não for pela via da interdisciplinaridade. Assim, nas palavras de Roger Chartier,

[a] recente conexão entre disciplinas há muito estranhas entre si (crítica textual, história do livro, sociologia cultura) tem, portanto, uma meta básica: compreender como as apropriações particulares e inventivas dos leitores, ouvintes ou espectadores dependem de uma combinação dos efeitos de significados buscados pelos textos, usos, sentidos impostos pelas formas de sua publicação e competências e expectativas que governam a relação de cada comunidade interpretativa com a cultura escrita. (CHARTIER, 2014, p. 46-7).

O “impessoal da linguagem” é desfeito quando o texto é percebido a partir de um prisma teórico-metodológico. A insistente procura pelo sentido, que vai da materialidade linguístico-textual às interpretações das mais variadas comunidades, é o que orienta a leitura filológica. Ao se deparar com o texto como documento nos arquivos, públicos ou privados, o filólogo passa a organizar sentidos. Essa operação “começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2015 [1975], p. 69). O que seria esse ato de rearranjos se não a crítica filológica, entendida como “uma prática interpretativa que objetiva a leitura dos textos a partir das coordenadas e diretrizes histórico-culturais que os tornaram possíveis”

(BORGES; SACRAMENTO, 2012, p. 58) e também uma apropriação criativa na produção de diferença (CHARTIER, 2014, p. 46)?

Dessa forma, a leitura crítico-filológica, por ser histórica, não pretende à totalização do sentido. Mesmo nos mais variados processos de edição de textos, percebemos posições críticas por parte do editor que levam ao aparecimento de novas versões, uma vez que a sua historicidade entrará em com os objetivos de leitura traçados. Assim, o filólogo atua também na suplementação do texto, já que se propõe a “mexer a língua ou agir pelas mãos de outrem” na leitura que empreende (DERRIDA, 2008, p. 181). Ao oferecer uma “proposta de edição”, o filólogo entende que o trabalho com o texto é inesgotável, estando sempre sujeito a revisões, (re)ajustes, reescrituras e (re)apropriações. E é por isso mesmo que o texto não se encerra. O texto, mesmo materializado em livro, não se encerra.

Em *O livro por vir*¹, Derrida (2004) retoma um certo mal estar causado por ocasião da ideia de “O fim do livro”, presente na *Gramatologia*, mal estar vindo a partir de uma recepção apressada por parte de seus leitores. O que estava em jogo na argumentação derridiana era a crítica ao “livro do saber absoluto”, que aqui compreendemos tanto como: (i) um saber encarcerado nos seus próprios códigos linguísticos; (ii) um saber encarcerado em uma única autoridade hermenêutica; (iii) um saber encarcerado em uma materialidade. O ato de editar criticamente um texto atesta todas essas instabilidades. Derrida então trabalha com o conceito de livro por-vir, pois “o que hoje se passa, o que se anuncia como a forma mesma do por-vir do livro, ainda como livro, é, *por um lado*, para além do fechamento do livro, a irrupção, a deslocação, a disjunção, a disseminação sem reunião possível, a dispersão irreversível desse códice total” (DERRIDA, 2004, p. 30).

Toda essa operação de movimento do conceito de texto, acreditamos, conduzem-nos à sua historicidade. Como vimos acima, essa historicidade em algum momento foi abandonada pela Linguística Histórica mas também foi abalada pela própria Filologia quando considerou o texto somente a partir da compreensão dos seus códigos linguísticos.

Atentar para a “multiplicidade do tempo”, negando seu movimento linear no que tange ao processo de mudança linguística, é trazer epistemologicamente a historicidade para as pesquisas no âmbito da Linguística Histórica. Esta, trabalhamos com essa hipótese, foi uma das primeiras preocupações de Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008a) em seus *Caminhos da Linguística Histórica – ouvir o inaudível*. A via de recuperação da historicidade não aconteceria, contudo, se a Linguística Histórica não (re)considerasse a Filologia em sua prática investigativa (MATTOS E SILVA, 2008, p. 10).

FILOLOGIA, LINGUÍSTICA HISTÓRICA E TRANSMISSÕES TEXTUAIS

Como dissemos acima, para que uma pesquisa sobre mudança linguística *stricto sensu* seja realizada, é preciso que se parta do texto representativo dos contextos sincrônicos escolhidos. Os textos seriam os testemunhos de língua a partir dos quais a própria língua seria investigada. Todavia, precisamos entender

que nem todo texto datado em algum momento, ou atribuído a um determinado autor, pode, de fato, corresponder à expectativa de língua e de autoria necessárias para a análise linguística.

Às vezes o processo de transmissão histórica do texto – os diversos atos de cópia, tradução e modificações textuais – traz à baila pontos decisivos de partida para a discussão, uma vez que um determinado testemunho pode ser resultado de intervenções de tratados retóricos clássicos, do gênero textual/tipo documental, das línguas de onde se partiu para a tradução, dos *scriptores* (escribas, amanuenses) etc.

Para efeito de reflexão, discutiremos alguns casos de transmissão textual e dos limites e vantagens do olhar filológico a respeito deles. Pensamos que a investigação filológica possibilita a compreensão dos fatores temporais e espaciais que norteiam uma “leitura ética” (SACRAMENTO; SANTOS, 2017) sobre o texto. Nesse sentido, numa perspectiva humanisticamente orientada a partir das discussões de Edward Said,

[a] resistência humanista da Filologia estaria justamente na possibilidade de esta alargar não apenas as circunstâncias de diálogo do próprio crítico, mas sobretudo o raio de leitura e percepção de outros indivíduos. Isso se dá pelo jogo de afastamento e proximidade que o crítico exercita quando se arrisca em uma iniciativa de interpretação: força os limites institucionais, os pressupostos teóricos e as modalidades de circulação e recepção que tendem a uniformizar os sentidos (d)e existência. Assim, o crítico trabalha no sentido do desdobramento da percepção de leitores para outras formas de compreensão que, por sua vez, derivem para ainda outras modalidades de leitura [...] (SACRAMENTO; SANTOS, 2017, p. 141-142).

Portanto, a investigação filológica intenta mais explorar a complexidade que envolve os bastidores da produção e os usos sociais dados ao texto, de modo a perceber quais fatores condicionam, senão atravessam as produções de sentido para o texto. O caso que vamos discutir é o complexo repertório satírico galego-português frequentemente utilizado como fonte para investigação lexical, mas nem sempre problematizado pela via filológica.

Em seu *Depois do espetáculo trovadoresco*, António Resende de Oliveira (1994) mostra que o *corpus* das cantigas medievais em galego-português é composto por manuscritos que vão do século XIII ao XVII. Entre cópias, folhas volantes soltas e cancioneiros produzidos por humanistas, está tudo o que há sobre a tradição trovadoresca, a nossa aclamada e proeminente manifestação literária em língua românica que tem relação estreita com a língua portuguesa. A maior parte da crítica insiste em falar em uma literatura madura, consistente, mas, a nosso ver, essa maturidade decorre da máxima adesão aos princípios retóricos e aos tropos da cultura clássica que, agora em língua românica, se acham reconstruídos, principalmente pelos desafios impostos pelas mudanças no vocalismo românico.

Para citar os principais testemunhos da sátira trovadoresca do noroeste peninsular, Oliveira afirma:

[...] a quase totalidade dos autores e a maior parte das composições foram preservados apenas por dois volumosos cancioneiros copiados em Itália na primeira metade do século XVI: o Cancioneiro da Biblioteca Nacional (B) e o Cancioneiro da Biblioteca Vaticana (V). Diríamos [...] tratar-se antes de duas grandes colectâneas de poesia, já que, quer um quer o outro, reproduzem apenas essa componente da lírica profana medieval peninsular, apresentando, nas partes em que são comuns, os mesmos autores e composições, e pela mesma ordem. (OLIVEIRA, 1994, p. 16).

Dos oito testemunhos que, segundo Oliveira, transmitem as cantigas para a contemporaneidade, o B e o V são os que são mais utilizados para produção de edições críticas que prometem recuperar o texto original e livrá-lo das intervenções espúrias, muitas vezes, conforme o juízo intelectual do editor. Nessa linha, há várias propostas, dentre as quais podemos citar as edições de Lapa (1970), Mercedes Bréa (1996) e Videira Lopes (1998; 2002).

Nessas edições de natureza compósita, em que se comparam os manuscritos e são feitas operações editoriais de reestabelecimento de texto, o que sempre fica latente é a pergunta: qual teria sido de fato o texto verdadeiro? Essa angústia pelo original como lugar do verdadeiro nem sempre encontra eco com as concepções de língua e texto que estavam vigentes no período respectivo, no nosso caso, o contexto dos séculos XIII e XIV. Explicamos: as cantigas que sobreviveram nos diversos manuscritos, por si só, já não trazem o que deve ter sido o contexto de produção e circulação. Primeiro, porque só ficou a poesia, materializada nos versos e amplificada pelas referências das diversas rubricas existentes, a música em si não foi anotada; segundo, porque o próprio processo de transmissão – cópias de cancioneiros muito provavelmente seguindo uma configuração dos cancioneiros do contexto humanístico italiano – aponta para o cruzamento cultural e influência de outras tradições textuais; terceiro, porque o processo de coleta foi tardio e deve ter sido motivado pelo crepúsculo do Trovadorismo ibérico. Para Oliveira,

[...] a preservação das cantigas através da escrita surge associada à consciência do provável esquecimento ou desaparecimento das mesmas, caso se mantivessem vinculadas às condições de transmissão da manifestação cultural em que se encontravam inseridas. Ora, esta consciência e a conseqüente valorização da escrita como instrumento de conservação das cantigas somente se poderia impor quando o movimento cultural em causa se mostrasse incapaz de assegurar por si só a mesma conservação. (OLIVEIRA, 1994, p. 13).

Ainda, precisamos pensar que as cantigas possuem uma dimensão oral e retórica, fortemente vinculada às tradições mais clássicas às quais os sujeitos da cena trovadoresca estavam expostos e ou recorriam. Tudo isso aponta para o fato de que a questão da originalidade como cena prototípica da verdade do texto é um argumento que está em xeque. Importa uma leitura que contemple tanto a cena de produção das cantigas como também as circunstâncias de reunião dessas cantigas, uma vez que se deu em outro espaço temporal.

Diante disso, temos que lidar de modo diferente com a questão do tempo para esses textos, já que não podem ser exclusivamente atribuídos ao contexto da Idade Média Central, mas também há de se considerar as práticas culturais do humanismo italiano, os fatos de língua e de escrita implicados nos atos de cópia, além de outras modalidades de ler e executar estes textos sem os recursos musicais que, no contexto de emergência, faziam parte.

Assim, em lugar de propor uma metodologia positivista para restauração de textos que foram tardiamente recolhidos ou advogar por edições fidedignas, acreditamos que as pesquisas que tomam as cantigas como *corpus* deveriam usar ao seu favor as lições trazidas pelo estudo da tradição textual em questão que, paradoxalmente, estão bem discutidas nas edições acima arroladas. Sejam pesquisas no campo da literatura, sejam pesquisas em linguística, a questão que se nos apresenta precisa lidar com a complexidade que os fenômenos envolvem.

A maior parte das cantigas escolhidas compõe os cancioneiros da B e V e está em todas as edições críticas que trazem o repertório mais ampliado das cantigas. Para este fim, não foram utilizados os cancioneiros elaborados por pesquisadores mais modernamente que individualizam as cantigas por trovador. E a principal razão para isso é o fato de a disposição das cantigas ao longo do cancioneiro, a montagem do códice, dizer respeito também ao modo como as cantigas foram organizadas e retransmitidas. Nesse sentido, Marcello Moreira (2011), ao levar essa hipótese às últimas consequências na investigação da obra poética de Gregório de Mattos, afirma que os livros de mão/cancioneiros miscelâneos nos quais foram preservadas a poética gregoriana representam as chaves de leitura e interpretação dessa obra. As leituras que não compreendem essa representatividade dos testemunhos correm o risco severo de abandonar uma tradição de leitura e escrita que tornaram os textos possíveis.

Para o *corpus* satírico, a organização dos cancioneiros deixam entrever, a partir das rubricas, essas relações textuais que não seriam possíveis numa lista de cantigas. As rubricas são textos explicativos que apontam não só para as relações entre as cantigas, mas também nos conduzem na leitura e uso geral do cancioneiro. Isso acontece, por exemplo, na indicação de uma tenção entre Martim Soares e Paio Soares de Taveirós, em que se lê: “Esta cantiga [- Ai, Pai Soárez, venho-vos rogar] fez Martim Soares como em maneira de tenção com Paai Soares, e é d’escarnho. Este Martim Soares foi de Riba de Límia, em Portugal, e trobou melhor ca tôdolos que trobarom, e ali foi julgado antr’os outros trobadores” (LOPES, 2002, sem paginação). Aqui, há informações da proveniência do trovador Martim Soares e da cena cortês em que a cantiga foi executada, uma vez que o valor cultural dela (“trobou melhor ca tôdolos que trobarom”) está dado pelo julgamento de todos os demais trovadores. Outro exemplo que pode ser dado é mais corriqueiro e aponta

para uma relação intertextual, na qual o trovador Pero d'Ambroa toma como mote a metáfora de escárnio produzida por Pero d'Armea que quis dizer mal da beleza de uma donzela. Assim diz o cancioneiro: “Esta outra cantiga [Pero d'Armea, quando composestes] fez Pero d'Ambroa a Pero d'Armea por estoutra de cima que fezera” (LOPES, 2002, sem paginação).

Desse modo, fica provado que edições modernas, tal como a de Lapa (1970), que obliteram as rubricas ou individualizam as composições por trovador (como foi comum tentar produzir cancioneiros por trovador), dando outra organização para o debate, terminam por perder a complexidade codicológica envolvida na produção do cancioneiro. Não se trata de um novo fundamento crítico de leitura, mas uma variável hermenêutica que precisa ser considerada.

Além disso, é preciso sempre observar os fac-símiles que trazem a reprodução do texto. Invariavelmente, é do senso comum a crença de que as transcrições e as edições substituem o acesso à materialidade textual. De fato, as edições são excelentes para produzir novas acessibilidades para o texto, mas, a depender do projeto editorial, esse fim não pode combinar com o que é necessário para a pesquisa. Um exemplo disso é que muitas cantigas editadas, interpretativa ou criticamente, podem trazer fatos de *scripta* (a língua no texto e a escrita da língua a um só tempo) que podem alterar os resultados.

Outro caso bastante comum é um problema de atribuição. O fato de o texto ter sido atribuído a um determinado sujeito histórico não significará sempre que foi o mesmo que o realizou. Esse é o caso, discutido em outro momento (SACRAMENTO, 2018), do Tratado de Cozinha portuguesa, atribuído à Infanta Dona Maria. Todas as edições excelentemente produzidas apagam uma informação material do *corpus* que é preciosíssima, qual seja: o códice possui pelo menos 5 *scriptores* (TELLES, 2016), ou seja, pelo menos 5 mãos diferentes tomaram os diversos “cadernos”. Mas o que isso quer dizer para a pesquisa em Linguística Histórica?

Primeiro, mostra que a feitura material do texto não foi exclusiva de uma única mão, portanto o texto possui o atravessamento material de pelo menos 5 sujeitos. Segundo, as diferenças linguísticas entre os textos poderiam ser exploradas a partir desse dado material paleográfico, além de não podermos afirmar que se trata de um texto escrito apenas por uma mulher. Terceiro, é preciso entender que esse gênero textual, embora sofra as modificações contextuais, atende a uma preceptística do que socialmente é compreendido como “receita”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, por mais que as edições facilitem o acesso ao texto, nem sempre de fácil leitura, as pesquisas em história da língua não podem prescindir da leitura filológica para compreender com quais variáveis sociais, culturais e históricas precisa lidar. Como argumentamos acima, a historicidade do texto não pode ser apenas um fator a ser levado em conta. Ela precisa participar ativamente dos

arranjos metodológicos, trazendo de maneira estratégica os textos tomados como documento de língua.

A Filologia cartografa, dessa forma, o mapa que nos conduzirá a uma melhor compreensão das questões de autoria ou atribuição de texto, dos problemas relativos às cópias e à diversidade de testemunhos que podem apontar diferentes intervenções dos contextos em que os textos foram copiados ou impressos, sem falar de todas as problemáticas envolvendo os aspectos materiais que depõem à favor e conta a autenticidade de um documento em conformidade aos padrões diplomáticos/jurídicos do momento.

Assim, trazer à cena as dimensões de produção, circulação, recepção e transmissão do texto, é dar também outros sentidos metodológicos aos estudos históricos da língua. Não foi por acaso que um dos maiores expoentes da Linguística Histórica, a Professora Rosa Virgínia Mattos E Silva, sempre reivindicou a “ciência do texto” em seus caminhos de pesquisa, cartografando, por vezes, encontros, desencontros e felizes reencontros entre a Filologia e a Linguística Histórica (MATTOS E SILVA, 2008c).

Notas

¹ Trabalho publicado em edição brasileira na coletânea *Papel-máquina*.

Referências

- BORGES, Rosa; SACRAMENTO, Arivaldo. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa et al. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012.
- BRÉA, Mercedes (coord.). **Lírica Profana Galego-Portuguesa**. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro, Xunta de Galicia, 1996. Base de dados disponível online.
- CASTRO, Ivo. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Perspectiva, 2008.
- DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. Tradução Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- LAPA, Manuel Rodrigues. **Cantigas d'escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses**. 3 ed. Coimbra: Sá da Costa, 1995. 395 p.
- LOPES, Graça Videira. **A sátira nos cancioneiros medievais galego-portugueses**. 2ª ed., corrigida e aumentada. Lisboa: Editorial Estampa, 1998 [1995].

LOPES, Graça Videira. **Cantigas de Escárnio e Maldizer dos trovadores e jograis galego-portugueses**. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e Crítica Textual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FILOGIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO. 1. Lisboa, 2008. **Actas**. Lisboa: Faculdade de Letras, 2008. p. 355-367.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica – ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. **O português arcaico – uma aproximação**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008b.

_____. **Sobre desencontros e encontros: filologia e linguística no século XX**. Salvador: III Seminário de Estudos Filológicos, 2008c.

_____. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

MCKENZIE, Donald. **Bibliografía y sociología de los textos**. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

MOREIRA, Marcello. **Crítica textualis in Caelum Revocata?: uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra**. São Paulo: EDUSP, 2011.

OLIVEIRA, António Resende de. **Depois do espetáculo trovadoresco: a estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV**. Lisboa: Colibri, 1994.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía**. Buenos Aires: Fonde de Cultura Económica de Argentina, 2002.

SACRAMENTO, Arivaldo. Aspectos paleográficos para a crítica filológica. In: LOSE, Alícia Duhá; SACRAMENTO, Arivaldo. **Paleografía e suas interfaces**. Salvador: EDUFBA, 2018.

TELLES, Célia Marques. Fernão de Oliveira entre os gramáticos quinhentistas: o estudo das vogais. In: _____. **Estudos filológicos: linguística românica e crítica textual**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 99-123.

Para citar este artigo

SACRAMENTO, A.; NASCIMENTO, H. I.. Entre A filologia e a linguística histórica: o texto como artefato histórico. **MACABÉA – REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI**, CRATO, V. 8., N. 2., 2019, p. 473-487.

Os Autores

Arivaldo Sacramento possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (2005), mestrado em Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2008) e doutorado em Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2014). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia e professor permanente no Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura, nessa mesma instituição. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Filologia, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica textual, filologia

românica e estudos que põem em intersecção questões de gênero, raça, sexualidade e classe. Desde 2007, atua nas áreas de (i) Paleografia; (ii) Teorias Filológicas; e (iii) Linguística Românica, do Instituto de Letras da UFBA.

Hérvickton Israel Nascimento possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, cursa o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Tem interesse em Filologia, alinhada à atividade editorial, e sua preocupação com a história da produção, circulação, recepção e transmissão dos textos. Tem atuado como professor substituto de Língua Portuguesa e Linguística na Universidade do Estado da Bahia, Campus Eunápolis.